

Ativismo contra a corrupção em *hackathons* no Brasil

Activism against corruption in hackathons in Brazil

Antonio Augusto Braighi¹
antonioaugustobraighi@gmail.com

RESUMO

Até 2019, foram realizadas 18 maratonas de programação focadas no combate à corrupção no Brasil. Nelas, 58 projetos foram premiados, mas apenas 2 encontram-se disponíveis e atualizados. Cogitou-se que um dos motivos desse fracasso seja a ausência de ativismo por parte dos *hackathoners* desses eventos. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo verificar tal hipótese, bem como analisar quais foram as motivações dos participantes e os motivos que apresentam para justificar o insucesso das propostas. Após pesquisa, os respondentes indicaram a ausência de apoio financeiro como uma das principais causas do malogro, o que se coloca como contraste à importância do engajamento cidadão. Não obstante, outras perspectivas revelam a ausência de um efetivo compromisso dos organizadores dos eventos, conformando as *hackathons* como ações com fins em si mesmas no que se refere aos resultados tangíveis.

Palavras-chave: Hackathons. Ativismo. Corrupção. Brasil.

ABSTRACT

Until 2019, 18 programming marathons were held in Brazil focused on fighting corruption. In this events, 58 projects were awarded, but only 2 are available and updated. One of the reasons for this failure was thought to be the *hackathoners*' lack of activism. In this sense, this work aimed to verify this hypothesis, as well as to analyze what were the motivations of the participants and the reasons they present to justify the failure of the projects. After survey, respondents indicated the absence of financial support as one of the main causes of failure, which stands in contrast to the importance of citizen engagement. However, other perspectives reveal the absence of an incisive commitment by the event organizers, consolidating the *hackathons* as actions with ends in themselves – related to tangible results.

Keywords: Hackathons. Activism. Corruption. Brazil.

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Av. Amazonas, 5.253 - Nova Suiça, Belo Horizonte (MG).

Introdução

Maratonas de programação são, grosso modo, eventos que têm como objetivo principal reunir pessoas interessadas em desenvolver inovações tecnológicas para as mais variadas questões contemporâneas. Denominadas também como *hackathons*¹, podem ser, inclusive, voltadas para a concepção de soluções para problemas sociais, tais como a corrupção. Não sem motivos, então, muitas delas vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos.

Em estudo anterior (BRAIGHI, 2020), observou-se que, nas 18 maratonas do gênero ocorridas no país desde 2012, 58 projetos para o combate à corrupção foram premiados. No entanto, naquele mesmo trabalho, verificou-se que apenas duas dessas propostas estavam efetivamente acessíveis, bem como apresentavam dados atualizados. Assim, conjecturou-se sobre os porquês de tão baixa² concretização/continuidade das ideias concebidas nos eventos, não obstante naquele trabalho não fosse ainda a instância para tanto.

Atividades como as supramencionadas, uma vez que se apresentam no sentido de lutar contra os males contemporâneos, são sempre louváveis. Conquanto deva haver uma responsabilidade compartilhada com os organizadores das iniciativas, infere-se que os propósitos delas podem ser mais facilmente alcançados quando os participantes dessas ações estão realmente engajados no sentido de mitigar tais problemas. Seria essa, então, parte da razão do insucesso com os resultados tangíveis³ de *hackathons* anticorrupção?

Em que pese a influência que diversas questões (como as de ordem técnica) podem infundir para a não continuidade dos projetos (NOLTE *et al.*, 2020), tem-se a hipótese resgatada de análise anterior destacando um fator em especial: a falta de participação de ativistas, nos grupos responsáveis pela elaboração dos projetos

articulados nas maratonas de programação contra a corrupção, seria uma das causas do supracitado malogro na efetivação e manutenção de tais propostas.

Partindo do pressuposto de que um(a) ativista, por característica, estaria mais disposto(a) a tornar realidade algo que se vincula diretamente à causa a que ele(e-la) se relaciona, poderia até participar das *hackathons* por uma série de ensejos outros, mas, principalmente, por aqueles intrínsecos à consecução de um objetivo ligado à luta à qual se vincula: no caso, o combate à corrupção. Do contrário, por que maratonaria?

Nesse sentido, o intento geral deste artigo é avaliar quais foram as motivações dos participantes de *hackathons* contra a corrupção ocorridas no Brasil entre 2012 a 2019 e por que algumas propostas não vingaram – não se tornaram um produto de fato, não existem mais ou não recebem atualizações –, analisando se e como as perspectivas ligadas ao ativismo ajudam a pensar no fracasso dos projetos.

Para tanto, apresentam-se aqui levantamentos com a opinião de alguns desses *hackathoners* sobre o insucesso de suas propostas; dados de uma pesquisa quantitativa que coloca em evidência nosso objetivo geral com este estudo; considerações sobre as informações obtidas com o questionário aplicado e sua relação com as questões teóricas apresentadas neste artigo; e, por fim, digressões que versam sobre a hipótese de pesquisa, bem como se salientam outros aspectos importantes ligados à articulação de *hackathons* contra a corrupção no Brasil.

O que é ser um hemeródromo?

Evidentemente, o uso do termo hemeródromo no título desta seção é figurativo. Talvez fosse melhor falar em maratonistas de programação, *hackathoners* ou tão somente em participantes de eventos que visam, entre outros obje-

1 – Neologismo advindo da soma de *marathon* (maratona em inglês) e o verbo *to hack* (que originou o termo *hacker*). As *hackathons* também são conhecidas como *Hack Days*, *Hack Fests*, entre outros nomes.

2 – Evidentemente, considera-se baixa a recorrência em razão da disparidade entre o número de propostas premiadas com as efetivamente em uso atualmente. No entanto, reconhece-se que a aplicação do adjetivo classifica os resultados de forma arbitrária, uma vez que, neste estudo, não é feito um contraste com outros cenários semelhantes. Não obstante, diversas considerações, como as de Faria (2016, p.98) – então diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados – indicam que muitas propostas em *hackathons* permanecem até “em suas versões rudimentares, alguns meros protótipos”. Estudo de Freitas *et al.* (2018) com nove maratonas de programação no Brasil, apontou que 66% das soluções derivadas desse tipo de evento ou não existem mais ou não estavam atualizadas.

3 – Resultados tangíveis de *hackathons* podem incluir artefatos técnicos (novos protótipos, correção de falhas e defeitos em *softwares*, desenvolvimento/melhoramento de recursos de produtos variados, entre outros) e artefatos não técnicos (publicações, melhoramento de documentos/manuais/resoluções, entre outros). Já os resultados intangíveis incluem formas de aprendizado dos participantes sobre o tema da maratona, desenvolvimento de habilidades, realização de *networking*, criação de oportunidades de colaboração, entre outros (ANGARITA; NOLTE, 2020).

tivos, desenvolver soluções tecnológicas que auxiliem, no caso do objeto de estudo, no combate à corrupção. O intuito com o uso de tal léxico aqui, todavia, é fazer menção e, guardadas as devidas proporções, estabelecer uma particular relação de Pheidippides, talvez o hemeródromo mais famoso da literatura, com quem participa de *hackathons*.

Ele, segundo a lenda, teria corrido léguas, às dezenas e em pouquíssimo tempo, a mando do exército ateniense na condição de mensageiro. Pheidippides, durante as guerras médicas, cumpriu várias atividades e nunca esmoreceu. Sua missão derradeira foi avisar ao povo de Atenas que a sua guarnição havia vencido a batalha nos campos da localidade de Maratona. A principal prova de atletismo das Olimpíadas é, então, uma homenagem a esse sujeito que, após anunciar tal vitória, teria caído morto de exaustão.

As maratonas de hoje (sejam de programação ou as corridas de rua) exigem eficiência e eficácia: resistência e velocidade com fim determinado a ser alcançado. Era o que os hemeródromos faziam, na consecução das tarefas deles. Na condição de mensageiros, cumpriam obrigação com um ofício. Mas não eram só arautos: como corredores, uma vez que atletas igualmente eram, faziam o que gostavam. Nada obstante, havia ainda o aspecto ideológico; Pheidippides, como tantos outros, era também hoplita, cidadão-soldado da infantaria, exercendo não apenas uma atividade profissional ou hedonística, mas cumprindo uma missão, ofertando uma contribuição social importante (GRIFFIN, 2012).

Os *hackathoners*, como vimos anteriormente (BRAIGHI, 2020), guardam então algumas particularidades com os hemeródromos: se valem de poucos provimentos durante a maratona das quais participam (fazendo uso de energéticos e lanches rápidos), dormem em lugares não apropriados (acampam por vezes no local do evento) e talvez tenham como motivações também o aspecto profissional (o aprendizado, a relação com a área de atuação, a criação de *network*, desenvolvimento de currículo etc.) e o prazer ligado à atividade (fazer o que gostam, o fim em si mesmo, o desenvolvimento de laços de amizade), entre outras (FERREIRA, 2017)⁴.

Mas e a questão missionária, sobretudo quando falamos em *hackathons* contra a corrupção? Existe a efetiva preocupação dos participantes de maratonas de programação com o combate a um mal que aflige a sociedade em que

vivem? Disposições em contrário poderão se levantar e afirmar que o intento deles é apenas o de entregar a proposta, um projeto, uma ideia rascunhada; o objetivo é cumprido se isso alcançam. Mas, se o que se chama aqui de perspectiva ideológica fosse, de fato e desde o início, a mais forte motivação para a participação no evento, não haveria chance maior de que as soluções alvitadas se efetivassem?

Ativismo

Acreditamos que o destinador ideológico do lendário hemeródromo, para alcançar uma ideia mais conceitual e menos distante, poderia ser materializado nas perspectivas do ativismo. O sentido associado ao termo, tantas vezes trivializado no senso comum, guarda particularidades conceituais, muito embora haja dificuldade em encontrar definições claras junto a pesquisadores do campo político. De início, um dos problemas talvez seja a linha tênue que se impõe com léxicos como militante, revolucionário, entre outros.

A depender de leituras e contextos, os termos podem guardar ainda outras representações. Uma noção ligada à militância, por exemplo, vê o termo como aplicável a um grupo de pessoas dissociadas da (de uma determinada) realidade, desvinculadas (por si) das várias práticas da dinâmica social, sem outra(s) ocupações, buscando a intervenção a todo custo e como único norte de vida. Para Malini e Antoun (2013, p.143), porém, a ideia de ativismo parece recusar esse tipo de militância para então “construir uma vida ativa ao mesmo tempo pública e secreta [...], inventando modos de viver no novo meio que reúnam realização individual e atividade comunitária como expressões de um mesmo combate político”.

Arriscamo-nos a dizer que o(a) ativista é um(a) livre adepto(a) da ação, sempre ativo(a) defensor(a) de uma causa, tendo-a como *uma* verdadeira ocupação (em meio a outras), ofício para o qual não visa obter capital qualquer a não ser a defesa e progresso positivo do que defende, consciente de sua responsabilidade, por menor que seja, em tal empreitada – à qual se vincula e age por prazer, por querer, ainda que, naturalmente, tal prática possa conviver com outros campos de atuação do(a) ativista, como o profissional.

Evidentemente, o envolvimento não dispensa o

4 – Pesquisas como a de Ferreira (2017) apresentam um pouco do perfil dos *hackathoners* no Brasil. Nesse sentido, dadas as limitações espaciais de um artigo científico e o conjunto de demandas que este texto deve responder, não será feita uma discussão sobre o *ethos* desses maratonistas. No entanto, reconhece-se que, em detrimento da homogeneização feita aqui em torno de quem são esses personagens, trabalha-se com um conjunto plural de sujeitos, que têm interesses e intenções diversas, não podendo, efetivamente, serem condensados em classificações arbitrarias. Ainda assim, tomamos as recorrências sobre o perfil dos participantes de *hackathons* como importantes chaves de leitura.

coletivo: o entendimento de si como parte de um todo e a importância da própria participação para alterar determinada situação de contexto que, transformada, pode trazer benefícios ao grupo. Esse senso de identidade partilhada é colocado como uma das principais noções do termo ativismo por Tim Jordan (2002)⁵. Para ele, a causa “[...] ganha vida quando as pessoas reconhecem umas nas outras a vontade e o desejo de mudar as rotinas [...]” (JORDAN, 2002, p. 12-13).

As palavras-chave do ativismo para Jordan (2002), então, seriam solidariedade e transgressão, a união e aplicação de esforços, a partir do reconhecimento mútuo de que algo precisa mudar. Da obra desse autor, nos apropriamos também da ideia de vontade solidária. Entendemos tal motivação para a ação ativista como um “comportamento intencional, deliberado, pessoal e voluntário de sujeitos que estão imbuídos de valor altruísta e cômicos de uma alteridade compartilhada” (BRAIGHI, 2016, p. 102) não apenas em relação aos grupos aos quais se vinculam, mas à coletividade como um todo.

Sabemos que, muitas vezes, não é apenas um fator causal que leva um indivíduo ao ativismo e que a ideia de coletivo de ativistas poderia ser melhor compreendida quando vista como um grupo heterogêneo formado por pessoas com motes particulares. Todavia, para assim serem classificados, deve haver por parte deles uma consciência crítica global e integradora da realidade contemporânea. Tal posição deve fazer parte do cerne ideológico do ativista, pois, do contrário, estaria sendo um militante, radical ou revolucionário nada imparcial.

Não obstante, Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 134) chama a atenção para esse aspecto e diz mais; especificamente sobre as lutas contra-hegemônicas (tais como aquelas contra a corrupção política), estas têm ainda

de ser baseadas numa vontade política fortemente motivada, uma vontade que tem de ser tanto coletiva como individual, uma vez que não existe ativismo coletivo sem ativistas individuais. Sem esta vontade inconformista, rebelde e insurgente nenhuma luta social significativa contra a injustiça e a opressão institucionalizadas poderá ser bem-sucedida.

Esse desejo ardente, essa força da ação da vontade, baseada no querer, livre/ voluntário, deve ser a verdadeira motivadora do ativismo. Convertida em prática, pode-se

observá-la nas ações diretas (JORDAN, 2002). A etimologia do termo, aliás, demonstra a relação com o verbo agir. Associado à forma, verifica-se que ação direta no ativismo trata-se de intervenção política que se difere, por exemplo, do voto (indireta), sendo então aquela que gera impacto imediato e perceptível frente ao outro, dentro de um amplo conjunto de possíveis ingerências sociais; a articulação das mais variadas ideias de intercessão pública, “desde noções passivas de desobediência civil até ações mais ativas, em alguns casos até agressivas” (BRAIGHI, 2016, p. 102).

Enfim, Assis (2006, p. 14) parece resumir bem o ativista como “um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos”.

Ativistas em *hackathons*

Essa última noção, em certa medida, poderia ser colocada, inclusive, em equivalência com a perspectiva de *hacktivismo*, o hackeamento com motivação política. Nas palavras de Jordan e Taylor (2004, p. 1), “o *hacktivismo* é o ativismo que se tornou eletrônico [...] é um fenômeno social e cultural específico, no qual a política popular de ação direta foi traduzida em domínios virtuais”. Assim, o *hacker* não seria apenas aquele visto a partir das noções mais superficiais do senso comum, como um sujeito mal-intencionado, invadindo computadores para fins menos nobres. Da mesma forma, como aponta Rabelo (2017), a perspectiva (do que venha a ser o) *hacker* não está limitada ao ambiente tecnológico, tampouco pode(ria) ser conceitualmente determinada, já que encontra diversas ancoragens socioculturais e está em constante modificação/adaptação.

É interessante mencionar, nesse contexto, que as maratonas de programação parecem reivindicar, como uma espécie de chancela simbólica, o termo *hacker*. Isso, porque a prática do *hacking*, em sua origem, parece ter sido marcada por um viés político e, ainda hoje, não se hackeia por hackear. Semelha existir uma espécie de ética *hacker* (HIMANEN, 2001), que coloca, entre outras frentes, por vezes o valor social em questão no exercício dessa ação.

Essa abordagem, que parece apenas um jogo de palavras (com uma série de anglicismos e tecnicismos), poderia, porém, colocar em xeque a escolha por ‘maratona de programação’ ou ‘*hackathon*’ quando da definição do

5 – Ainda que ele tente diferenciar a perspectiva geral de ativismo com a que ele propõe, aplicando uma exclamação ao léxico: *Activism!*.

nome de cada evento. Se levada ao pé da letra, a opção pelo segundo termo reivindicaria ainda mais a importância do comportamento ativista por parte dos *hackathoners*; seria, assim, condição *sine qua non* a transgressão como aspecto definidor da prática e tal empreendimento como algo que visasse um bem comum, social, e não apenas uma realização pessoal ao participar do evento.

Evidentemente, o componente da concretização de um desejo pessoal, qual seja (profissional, hedonista etc.), não precisaria ser eliminado – do contrário, não se estaria falando de ativismo (ou ativismo *hacker*), uma vez que é preciso alguma motivação pessoal por parte do sujeito que empreende a ação, como se observou anteriormente. Além disso, seria preciso a edificação de práticas concretas nas *hackathons* – ainda que de força criativa – para se afirmar que elas são espaços para o ativismo. Como visto anteriormente, é preciso gerar efeitos e afetos no outro. Assim, de que valeriam propostas de ação em maratonas de programação que não saem do papel ou dos rascunhos de códigos? De outra forma, compreendido bem o lugar e a função de um *hacker*, a preocupação com a efetivação das ideias, tornando-as produtos efetivos, não seria maior?

Vale dizer, então, que as *hackathons*, quando têm finalidade de combate a mazelas sociais, não são necessariamente uma ação direta⁶, mas uma fomentadora para a criação desta(s). O verbo criar, todavia, é, em geral, aplicado apenas para a concepção (a ideia) nesses eventos – o que é uma pena e, conceitualmente, até uma contradição. Assim, o exercício ativista estaria no pós-evento; no gestar e efetivamente dar vida ao que foi planejado nesses espaços. Mas, no que concerne às *hackathons* anticorrupção, isso seria mesmo possível?

Atuação em *hackathons* contra a corrupção

Como se observou (BRAIGHI, 2020), em atividades contra a corrupção no Brasil grande parte das propostas premiadas não se efetivam. Porém, antes de atribuir a culpa apenas a uma conjecturável falta de ativismo por parte dos *hackathoners*, é preciso refletir sobre a dinâmica de tais

eventos. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que há problemas ligados à organização das *hackathons* em si (independente do mote) e questões muito densas atreladas à complexidade da corrupção no Brasil – se é que não se poderia pensar em uma interseção entre as duas frentes, pois há intrincadas relações entre tecnologias, cultura e política. Nesse rastro, talvez não seja possível aqui fazer uma reflexão mais ampla, crítica e fundamentada do(s) conceito(s) de corrupção⁷ e de como ele adquiriu protagonismo na última década – não apenas no Brasil, senão no Ocidente e em países como China, Japão e Coreia do Sul. Essas noções (sobre a corrupção e as nuances das *hackathons*), que parecem escapar tantas vezes não apenas nas análises, mas também no próprio planejamento dos organizadores de maratonas de programação, semelham acabar gerando eventos que se instituem com muita velocidade, ampla recorrência e poucas ponderações, ao sabor de uma espécie de espírito do tempo.

De um lado, continua amplo o número de *hackathons* realizadas em todo o mundo, ao passo que parece haver uma repetição nas arestas desse tipo de investida (BRISCOE; MULLIGAN, 2014). Assim, muitas vezes, ocorreria a proposição de tais eventos apenas por estarem em voga, sem uma preocupação maior com aspectos mais sensíveis de sua organização. Poder-se-ia falar até em uma espécie de fetichização em torno das maratonas de programação. O risco desse tipo de abordagem (ações empreendidas sem contemplar todo um conjunto de fatores que um rigoroso planejamento poderia ofertar) é ainda vender a ideia de que as soluções para o problema em destaque no evento são meramente tecnológicas. Tal reducionismo pode gerar expectativas irrealistas e, logo, proposições que não se sustentam após a atividade. Trata-se, por vezes, da busca por um solucionismo a qualquer custo e que, aparentemente, representa certa perda de tempo (D'IGNAZIO *et al.*, 2016). Não obstante, a questão é que muitos organizadores articulam as maratonas apenas para ganhar visibilidade (NAM, 2012), aproveitando o apelo público que tais iniciativas têm. Não é difícil encontrar registros midiáticos de grandes veículos que, claramente, atestam: “as *hackathons* (anticorrupção, inclusive)

6 – Senão, talvez, no sentido de formar mentalidades daqueles que participam das maratonas de programação sobre determinadas realidades sociais (os resultados intangíveis).

7 – Considerando toda uma cronologia de estudos sobre corrupção, mais especificamente a política, ao menos desde 1950 com as análises funcionalistas, passando pela abordagem econômica – anos 1980 – e pela apreciação enquanto fenômeno político, com e entre outras particularidades (FILGUEIRAS, 2008). Além disso, ainda que estejamos falando da realidade brasileira, a própria definição do que é e pode ser considerado corrupção parece envolver uma decisão política e cultural em razão de determinados contextos e épocas. Assim, pelas limitações espaciais de um artigo, qualquer discussão nossa sobre a corrupção seria aqui reducionista.

proporcionarão a solução para o problema!” – isso não gera uma imagem positiva aos promotores? O que não se observa nos *media* é a problematização supracitada, tampouco a exposição dos resultados (tangíveis) pífios que verdadeiramente tais eventos têm proporcionado.

Do outro lado, parece ganhar força na sociedade brasileira, cada vez mais, a busca pela solução da corrupção política a qualquer custo, fruto, talvez (e também), de um cansaço da opinião pública, golpeada diariamente por escândalos de corrupção que fazem parte da pauta midiática há muitos anos⁸. Assim, ratifica-se: a interseção entre essas duas mencionadas particularidades porventura pode, em certa medida, explicar um pouco da falta de resultados tangíveis das *hackathons* – conforme se observará aqui.

Antes, vale mencionar que, utilizando filtros de pesquisa em sites de busca na Internet, observa-se um aumento exponencial no número de resultados para os termos “*hackathon*” e “*corrupção*”, associados, a partir do ano de 2015. Poder-se-ia estabelecer qualquer relação com a intensificação das ações da operação Lava Jato, da Polícia Federal, que, principalmente a partir do segundo semestre de 2014, trouxe à tona diversos casos de corrupção no país – seguidos de prisões e com muita exposição midiática. Além disso, é possível fazer menção ao pacote anticorrupção desenvolvido pela então presidente Dilma Rousseff e entregue ao Congresso Nacional em 2015. Por fim, no mesmo ano, também ganhou notoriedade o projeto “dez medidas contra a corrupção” do Ministério Público Federal. Aliás, não sem motivos, talvez por isso os Ministérios Públicos Estaduais tenham sido protagonistas na organização das maratonas listadas em estudo anterior, sendo os principais articuladores de 8 dos 18 eventos (BRAIGHI, 2020).

Isso tudo, assim, parece ser visto dentro de uma rede causal e natural. No entanto, não se pode desprezar o componente de esforço cíclico para que esse processo se dê. O apelo da opinião pública (outrora também motivado) se vê conformado na iniciativa de vários entes que, juntos ou não – se bem que se influenciando mutuamente –, têm tocado no Brasil a chamada agenda contra a corrupção – ora verdadeiramente comprometidos com a transparência e honestidade dos sistemas sociais, ora, conjectura-se, observando interesses particulares.

O professor Fabiano Engelmann (2017, p.306-307), por sua vez, explica o contexto, afirmando que

na segunda metade da década de 2000, toma forma com mais nitidez no Brasil uma versão de ativismo judicial⁹ relacionada estritamente à punição de agentes políticos e ao “combate à corrupção”. Apontado por alguns autores como resultado de um processo de maior convergência institucional entre burocracias de controle público (tais como a Controladoria Geral da União, a Receita federal e os tribunais de contas) e instituições que atuam na persecução penal (notadamente a polícia federal e o Ministério Público), essa modalidade de ativismo ainda precisa ser melhor analisada. Em especial, a dimensão que transcende as esferas e incrementos de recursos institucionais e legais e forma um circuito que envolve mídia, grupos políticos e profissionais do direito apresentando um padrão de intervenção como meta-razão da atividade política fortemente apoiada em movimentos de opinião pública. É importante ter presente que esse fenômeno de imbricamento une o judiciário, a imprensa e os movimentos conservadores integristas (anti-política), configurando, portanto, um ativismo político-moral [...] é importante, até mesmo, ter presente, em uma escala mais ampla, o investimento de organizações internacionais (ONGs e think tanks) na “luta contra a corrupção”, as pressões de frações modernizadoras do mundo empresarial por uma forma judicial de regulação da economia (muito presente nos movimentos de ideias do Law & Economics) e a emergência de “empreendedores da moral” que promovem o catecismo da “renovação da política”.

Numa aposta nossa, de modo um tanto ensaístico, acreditamos que todas essas compressões apontadas por Engelmann (2017), amalgamadas, parecem infundir uma ansiedade por respostas que não vêm. À luz, então, de (propostas de) respostas para outros problemas, por vezes complexos mesmo, que nascem da criatividade informatizada dos millennials e da geração Z, aqueles que

8 – Nesse contexto, vale lembrar que pouco se discute sobre a possibilidade de corrupção da própria mídia e as implicações do escândalo político midiático (LIMA, 2013) ou das nuances ligadas aos problemas da “desocultação da corrupção” pelos *media* (FILGUEIRAS, 2008).

9 – Não confundir com a noção de ativismo que trabalhamos neste texto. Ativismo judicial, grosso modo, refere-se ao exercício da função jurídica (Poder Judiciário) para além de sua jurisdição, interferindo em outros Poderes (tais como o Legislativo).

se propõem a atuarem como protagonistas no combate à corrupção creem que no seio das maratonas de programação também poderiam brotar soluções para as mais variadas formas de corrupção, sobretudo para aquelas que se dão no sistema político-partidário brasileiro.

O problema é que se esquece de que, além de todas as variáveis citadas anteriormente, o fenômeno é complexo e possui diversas facetas. De toda forma, as *hackathons* continuam a ocorrer, o que poderia nos levar a pensar que tal prosseguimento, mesmo sem resultados tangíveis, signifique, por si só, a resposta às pressões anteriormente relacionadas. Em uma palavra, ao realizar eventos que se cancelam contra a corrupção, os organizadores já estariam fazendo algo a respeito (isto é: passam ou têm a sensação de).

Nesse contexto, a noção de agenda que anteriormente trouxemos guarda algumas particularidades. Ela deve ser encarada como conceito; uma parte do processo político-administrativo para a solução de problemas públicos – tais como a corrupção. A agenda é o ato primeiro, de discussão do problema para compreendê-lo (HOWLETT *et. al.*, 2013). As *hackathons*, por sua vez, parecem se apresentar no posto de formulação de políticas para a resolução dos problemas. A lacuna, como se vê, é a falta de tomada de decisão (a demanda seguinte) no uso das propostas das *hackathons*; o que não ocorre.

Vale o registro de que muitas das proposições versam sobre o controle da coisa pública a partir de ingerências no Estado, quando não em fiscalizações acerca do comportamento dos representantes políticos e de servidores públicos. Nesse contexto, as relações da administração pública com o mercado também recebem atenção dos participantes das maratonas de programação, ainda que atuar na causa desses problemas seja mais difícil. Esse último dado poderia ser visto como uma atenção, ainda que numa camada mais superficial, a o que o sociólogo Jessé Souza (2017, p.13) chama de “corrupção real”, aquela que ocorre em razão do oportunismo do empresariado, apropriando-se das riquezas nacionais: “uma corrupção legitimada e tornada invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam”.

Para o autor, um combate à corrupção que despreze tal aspecto é apenas um simulacro. Não sem motivos, de fato, muitas maratonas de programação têm em suas programações palestras que versam sobre a apropriação empresarial do Estado, com abordagens diversas sobre como o

segundo setor auxilia no corromper da administração pública a partir da sedução pela força do capital financeiro.

Ainda assim, pelo que se observa, o movimento natural das soluções propostas nas *hackathons* parece ser o de voltar-se para um controle da administração pública. Faltariam, dessa forma, investidas outras e específicas nas regulações sobre o mercado (o segundo setor). O problema é que tal recorrência de eventos versando sobre o domínio da gestão da máquina pública parece reforçar a noção de que a corrupção *no* (pelo) Estado é mais forte do que a corrupção *do* Estado¹⁰. Nessa linha, o que se propõe nos eventos muitas vezes não consegue tocar nas intrincadas artimanhas que dão manutenção aos variados esquemas de corrupção.

De toda forma, conjectura-se ainda que, pelo fato de muitas propostas serem empreendidas no sentido de uma regulação dos entes públicos, estes últimos, sobretudo os que têm a perder, não dariam ativo apoio à efetivação das soluções – uma vez que, aliás, já estariam atados por uma série de legislações com tal fim (FILGUEIRAS; AVRITZER, 2013) – e mesmo por entenderem que, talvez, tais investidas sejam pontuais e localizadas. Do contrário, por que não encampá-las?

Considerando, então, uma recorrente omissão na manutenção das propostas por parte do primeiro setor, por que as ideias não são geridas, pós-evento, pelos próprios *hackathoners*? Uma proposta de encaminhamento, então, para as (próximas) maratonas de programação seria justamente indicar em regulamento que as soluções propostas sejam implementadas e mantidas/atualizadas – ao menos as que forem premiadas – pelos proponentes. Funcionaria? A continuidade e manutenção delas, todavia, poderia se dar pelo cidadão comum, sobretudo por aquele engajado – o que configuraria, em sua atividade, parte da noção de ativismo. Assim, os projetos devem ser factíveis para a efetivação e gerenciamento por parte da sociedade, conformando ferramentas de ativo controle externo, aliás, de controle público não estatal. A justificativa é simples: não é difícil encontrar trabalhos acadêmicos que demonstram que uma maior eficiência da administração pública pode ocorrer precisamente quando existe envolvimento social, no acompanhamento público da dinâmica estatal (FILGUEIRAS; AVRITZER, 2013), o que também justificaria tal prerrogativa nas *hackathons* contra a corrupção.

Nesse contexto, é preciso um trabalho sinérgico da Justiça, do Estado e da sociedade civil para o enfrentamento

10 – O que não deixa de ser reflexo (e reforço) de uma leitura que “atribui ao Estado e à cultura política brasileira a explicação das mazelas institucionais promovidas pela malversação dos recursos públicos, tendo em vista a herança histórica do país” e não a força dos agentes nesse processo (FILGUEIRAS, AVRITZER, 2013, p.209).

à corrupção, mas sem a atuação voluntariosa desta última parte, sem a cobrança para que lhe seja aberto espaço para atuação, o Poder Judiciário continuará a ocupar um lugar de proeminência em tal demanda, o que, nada obstante, traz problemas para a democracia. Segundo Filgueiras e Avritzer (2013, p.227), o Ministério Público – ratificamos, um dos responsáveis pela maioria das *hackathons* anti-corrupção no Brasil – “foi o responsável por introduzir a tese de criminalização [...] submetendo o controle da corrupção à linguagem e às instituições do direito penal, em associação com as organizações policiais”.

Um dos problemas decorrentes é o fato da criminalização não gerar, por diversos motivos, efetivas punições aos corruptos. Não obstante, os brasileiros veem o Poder Judiciário como um legítimo representante do povo, que faz *só* o que pode, pois estaria inserido em todo um complexo sistema de corrupção – do qual a Justiça, conjecturalmente, não faria parte (o que parece ser peremptório afirmar). Esses dois vetores parecem contribuir para a intensificação do “processo de deslegitimação da política e uma naturalização da corrupção na dimensão do Estado brasileiro” (FILGUEIRAS; AVRITZER, 2013, p.229), o que entorpece e gera um processo cíclico que pode levar à “apatia social” e, conseqüentemente, até a uma certa tolerância com a corrupção (FILGUEIRAS, 2008).

De outra forma,

o processo de expansão do controle administrativo-burocrático da corrupção e a estratégia de criminalização realizada pelas instituições judiciais, mediante o deslocamento do controle da área cível para a área criminal, resultaram no enfraquecimento da terceira dimensão do controle da corrupção. [...] Ao privilegiar a tese da criminalização da corrupção [...], o Ministério Público retirou a capacidade de controle público exercido pela sociedade civil e privilegiou o controle realizado no interior do aparato estatal, particularmente no sistema de Justiça (FILGUEIRAS, AVRITZER, 2013, p.229).

As *hackathons*, no entanto, apesar de todos os problemas, parecem sinalizar o contrário; semelham tentar trazer a sociedade, sobretudo os jovens programadores, para esse processo de controle, demonstrando que (ainda) é

possível. Os Ministérios Públicos, assim, indicam ter despertado para uma realidade colateral que ajudaram a gerar. No entanto, em certa medida, as maratonas de programação tendem a continuar reduzindo o fenômeno da corrupção, questão política e com diversas facetas, a um lugar de gerenciamento técnico, quando não técnico-administrativo, sem levar em conta a escala sociopolítica e cultural (e também de gestão) do problema – isso, ratificamos, em relação a essa busca por soluções tecnológicas que é a marca das ações do gênero (em outras palavras, não esqueçamos que na lista de atividades dos eventos há uma série de iniciativas de sensibilização/conscientização).

Todavia, muitas propostas nos eventos parecem de fato relevantes e exequíveis, ainda que pontuais, bem como manejáveis pelas equipes que as propuseram. Mesmo que elas, as equipes e as propostas, não deem conta desse universo plural e complexo da corrupção, por que não continuam? Ouvimos os *hackathoners*...

Pesquisas¹¹

Um primeiro movimento de levantamento de informações, para responder a tal questão, consistiu no envio de e-mails para cada equipe vencedora (ou premiada) nas 18 *hackathons* contra a corrupção ocorridas no Brasil entre 2012 e 2019. Das 58 mensagens enviadas, 32 foram respondidas. Para a montagem de um quadro geral e não orientado, foi estabelecida a seguinte questão aberta: caso a proposta da sua equipe, apresentada na *hackathon* contra a corrupção da qual você participou, não esteja disponível ou não apresente dados atualizados (manutenção atualmente), você poderia nos explicar as causas?

As respostas, em geral curtas, evidenciaram várias perspectivas. No sentido de encontrar uma estabilização, determinando léxicos que pudessem agrupá-las, recorremos às noções da análise conteudista (BAUER, 2008) para classificá-las de acordo com as recorrências sintático-semânticas. Assim, empreendemos na **tabela 1** as principais justificativas para os projetos não terem continuado.

A partir desses dados, foi elaborado outro instrumento de pesquisa; um questionário, a fim de testar as respostas anteriores, incluindo o componente ativista. Em outras palavras, questionou-se aos respondentes acerca das respectivas motivações para participação nos eventos e para a

11 – Registra-se ao leitor que os dados apresentados não são paramétricos, revelam a opinião de um representante de cada equipe e não consolidam uma amostra total da População; por isso, podem ser tomados como enviesados. Ainda assim, houve rigor tanto na tomada de informações junto aos respondentes quanto na análise dos dados, fazendo relativizações quando necessárias e modalizando as considerações do autor.

Justificativas	Recorrência	%
Falta de tempo das equipes/outros projetos dos integrantes	13	22,8%
Falta de apoio financeiro para o projeto	12	21,1%
Falta de apoio logístico e infraestrutural para o projeto	10	17,5%
Falta de motivação dos integrantes das equipes	5	8,8%
Falta de interesse do governo/organizadores	5	8,8%
Disfunções da burocracia do governo/organizadores	4	7,0%
Falta de tecnologia adequada do governo/organizadores	3	5,3%
Projetos com alta demanda de trabalho	2	3,5%
Falta de entendimento entre organizadores e equipes	2	3,5%
Inadequações da proposta ao mercado	1	1,8%
Total	57	100%

Tabela 1. Primeiro levantamento de causas do insucesso das ações propostas em *hackathons* anticorrupção.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de e-mail's de integrantes das equipes

continuidade dos projetos propostos, incluindo opções como o valor altruísta no exercício de uma ocupação que contribuiria para a sociedade no combate à corrupção.

Solicitou-se que apenas um representante de cada equipe respondesse à pesquisa. Assim, ao final de dois meses disponível *on-line* (entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021), o questionário recebeu respostas de 39 das 58 equipes convidadas, o que indica uma amostra de 67% do universo sob análise. O instrumento continha 13 questões fechadas¹² e apenas uma aberta – aquela que solicitava que os respondentes justificassem por que se consideram (ou não se veem como) ativistas contra a corrupção.

O que os dados revelam

Ao observar as informações obtidas pelo questionário, vê-se que os premiados em *hackathons* anticorrupção tinham motivações variadas ao participar dos eventos. Entre os principais motivos, as respostas mais recorrentes foram: 1) Busca pelo aprendizado (79,5%); 2) Ajudar a combater a corrupção (77%); 3) Diversão (51%); 4) Reconhecimento (38,5%); e 5) Recompensa financeira (31%). No entanto, quando perguntados sobre qual era o

principal entre esses motes, os respondentes indicaram: 1) Ajudar a combater a corrupção (36%); 2) Aprendizado (28%); 3) Diversão (18%); e 4) Reconhecimento (13%), seguidos de longe pelas demais opções.

Nesse sentido, “ajudar a combater a corrupção”, de acordo com a amostra, seria a principal motivação de apenas pouco mais de $\frac{1}{3}$ das equipes participantes e premiadas em eventos com tal finalidade. Uma leitura parcial poderia indicar uma ausência de engajamento e, logo, esse dado revelaria, em parte, a falta de interesse pós-evento por parte dos *hackathoners*; conseqüentemente, a não continuidade das propostas findos os eventos.

Nesse contexto, decidiu-se perguntar também aos participantes se eles se consideram ativistas contra a corrupção. Entre os que tinham como principal intuito “ajudar a combater a corrupção” para participar das *hackathons*, 43% disseram que se consideram, sim, ativistas contra a corrupção; 28,5% disseram não a tal questão e 28,5% não souberam respondê-la. Vale reforçar que, do total de respondentes da pesquisa, apenas 31% se consideram ativistas contra a corrupção, enquanto 44% disseram não a tal questão e 25% não souberam responder¹³.

A justificativa¹⁴ dos que se disseram ativistas con-

12 – Todas elas configuradas em múltipla escolha; algumas permitiam múltiplas respostas; e, em todas, era possível a inclusão de opções com a alternativa “outros(as)”.

13 – A pesquisa não se resumiu ao comportamento ativista do respondente, mas procurou saber, na opinião dele, quantos integrantes da equipe efetivamente lutavam contra a corrupção. Para os entrevistados, em 56% dos times havia pelo menos uma pessoa que se enquadrava em tal perfil. Vale dizer que, no entanto, 25,5% não soube responder a esta questão e, logo, 18,5% das equipes não apresentava nenhum ativista contra a corrupção.

14 – A questão não era obrigatória e foi respondida por 29 representantes de equipes.

tra a corrupção variou entre, de um lado, a participação em grupos, associações, comitês e movimentos com tal propósito e, de outro, servidores públicos que têm, entre as funções, tarefas ligadas à transparência governamental. Algumas considerações sobre os motivos que justificam as respostas “não” ou “não sei”, à pergunta sobre considerar-se ou não um ativista contra a corrupção, foram: “não dedico tempo suficiente ao combate à corrupção”; “tenho consciência do problema, mas não faço nada de forma ostensiva”; “desde a *hackathon*, não tenho empreendido ações do tipo”; ou mesmo que “não sou mais ativista, ainda que um dia já tenha sido” (*sic.*).

Observa-se, então, que os respondentes, em geral, atrelam a condição de ativistas contra a corrupção como alguém que já tenha uma participação progressa (mantida atualmente) em outras iniciativas do gênero e que, assim, vê nas *hackathons*, talvez, uma oportunidade de dar continuidade a tal comportamento/intuito. Logo, para boa parte dos respondentes, apenas participar da *hackathon* não parece significar ser ativista contra a corrupção, ainda que o intento de boa parte deles, ao se inscreverem nos eventos, seja justamente “ajudar a combater a corrupção”.

Isso parece justificar o fato de que boa parte dos projetos que os maratonistas desenvolvem nos eventos não tenham obtido sucesso, conformando-se em ideias que descansam à espera de que alguém as tornem realidade. Mas estariam ao menos os que se consideram ativistas interessados nessa empreitada? O que os faria continuar? No cruzamento com outra questão, observou-se que boa parte dos respondentes (42% do total) que se disseram ativistas contra a corrupção estariam dispostos a dar continuidade ao projeto proposto na maratona de programação apenas se recebessem apoio financeiro. Isso semelha ser uma contradição. Porém, antes de explorar esse tema, verificamos se a responsabilidade de dar continuidade aos projetos era mesmo dos *hackathoners*.

Partindo do princípio de que as propostas premiadas em *hackathons* anticorrupção foram projetadas para, após o evento, serem colocadas em funcionamento e geridas por alguém, fizemos outra questão. Ao perguntar quem deveria assumir tal responsabilidade, os respondentes disseram que suas ideias foram articuladas, principalmente, para serem efetivadas e geridas exclusivamente pelas próprias equipes proponentes (38%). Porém, 23% indicaram que os times idealizadores deveriam ter tal encargo apenas se ele fosse dividido com os organizadores das maratonas de programação, com o governo, com órgãos públicos de controle e/ou com ONG's. Para os respondentes, apenas 8% das propostas foram articuladas para terem condução

exclusiva de quem promovia os eventos, sendo que outros 18% disseram que tal demanda deveria ser conduzida em parceria deles com os governos e/ou órgãos públicos de controle (quando isso eles já não o fossem).

Tais dados, em certa medida, justificariam a falta de protagonismo das instituições no prosseguimento dos projetos propostos em *hackathons*, uma vez que mais de 60% das ideias demandariam envolvimento direto das equipes proponentes. Todavia, independente das respostas à questão anterior, buscamos verificar de quem era, na opinião dos respondentes, a responsabilidade por efetivar os projetos (torná-los acessíveis para a sociedade) após uma *hackathon* contra a corrupção. As principais respostas foram: 1) De parcerias entre organizadores dos eventos, os proponentes das ideias, o governo e/ou instituições de controle estatal (61%); 2) Dos organizadores dos eventos (21%); 3) das equipes proponentes (8%).

Nesse sentido, então, questionamos também por que as soluções propostas em *hackathons* contra a corrupção não se efetivam e/ou não têm continuidade. Para os respondentes, em questão que aceitava múltiplas respostas, o principal problema é a falta de apoio financeiro (assinada por 77% do total de respondentes); seguido pela falta de interesse do governo (67%); falta de apoio logístico/infraestrutural (56%); falta de tempo das equipes (51%); burocracia do governo (49%); e falta de motivação das equipes (44%).

Tais dados contrariam um pouco as informações obtidas preliminarmente (Tabela 01), ainda que as principais variáveis sejam as mesmas – em ordem diferente. A falta de tempo das equipes, que era o principal, aparece agora apenas como o quarto indicador. Tendo em vista que a falta de apoio financeiro ainda semelha ser um dos principais problemas, questionamos para qual finalidade os investimentos monetários seriam necessários visando dar continuidade aos projetos. Assim, “Pagamento aos integrantes das equipes” apareceu como a resposta mais recorrente (assinada por 85% do total de respondentes), quase o dobro da opção seguinte, “aquisição/custeio de equipamentos” (41%). Custeio de licenças de *softwares* (36%) e custeio de licenças de recursos (25,5%) foram outros itens assinalados.

Vale dizer que apenas um respondente entre os que se disseram ativistas contra a corrupção indicou que o “pagamento aos integrantes das equipes” não deveria ter relação com a continuidade dos projetos após os eventos. É importante revelar ainda que esse *hackathoner* disse que não vê a questão financeira como “pertinente para continuidade do projeto, uma vez que a participação dos membros foi voluntária e assim seria ainda que não houvesse premiação”. Tal posicionamento evidencia

efetivamente uma das características do ativismo.

Contudo, questionamos aos respondentes se eles (e, logo, as equipes) não recebessem apoio financeiro, estariam dispostos a dar continuidade ao projeto proposto na *hackathon* em que foram premiados. 41% dos representantes disseram sim à pergunta. No entanto, um percentual próximo, 38,5%, disse não e 20,5% não soube responder a questão. Para esse percentual em dúvida, totalizando 8 respondentes da amostra, perguntamos ainda o que o faria/motivaria continuar com o projeto. Muitas respostas eram possíveis, mas “para ajudar a combater a corrupção” (7), “por reconhecimento” (5) e “se houvesse pagamento”¹⁵ (5) foram as mais recorrentes. Vale dizer que 3, destes 8 ainda em suspeição, se disseram ativistas contra a corrupção em questão anterior.

Não obstante, ao final ainda colocamos outra questão, a fim de verificar, sem o apoio financeiro, o que seria essencial (o principal) para dar continuidade ao projeto contra a corrupção. A essa pergunta, não obrigatória, apenas 24 representantes responderam. Considerando 38,5% de abstenção à questão – o que poderia revelar o aporte monetário como superior a qualquer outro apoio –, para 25,5% dos respondentes o que falta é tempo para os integrantes das equipes organizarem as suas demandas pessoais, profissionais e acadêmicas com um projeto de intervenção social. Já para 23% dos entrevistados, a lacuna principal a ser suprida é a falta de suporte (em geral) do governo e de instituições que se envolvem no combate à corrupção.

Sobre essas duas questões, é importante ratificar que, ao longo da pesquisa, questionamos sobre a falta de apoio logístico e infraestrutural para o projeto após a *hackathon*. Perguntamos aos respondentes o que eles achavam necessário para resolver tal problemática. “Uma instituição de liderasse a proposta” foi a opção mais marcada (56,5% das respostas), seguida por “orientações de perspectivas legais sobre a proposta” (54%), um pouco mais distante por “suporte técnico para as equipes” (43,5%) e “serviço de hospedagem das ferramentas” (41%), bem como “líderes que motivem o trabalho como ação social (dever cívico)” (33%) – opção esta última inserida para verificar, justamente, a ausência do elemento ativista que poderia atuar como um propulsor do desenvolvimento da ação, o que, como visto, está longe de ser o principal.

Além disso, propusemos verificar, sobre a falta de tempo das equipes em razão de outros projetos dos integrantes após as *hackathons*, como isso poderia ser resolvido. As três respostas mais recorrentes foram: “Pagamento aos

integrantes das equipes” (74,5% das respostas), melhores “Reconhecimentos sociais” – tais como prêmios e divulgação dos projetos vencedores (43,5%) e “uma motivação altruísta/ativista dos integrantes das equipes” (28%).

Por fim, vale citar ainda que responderam a esta pesquisa 16 das 19 propostas de combate à corrupção premiadas em *hackathons* que ainda estão disponíveis à sociedade (ainda que a maioria não receba mais manutenção). Dessas, em 69% delas havia pelo menos um integrante que era considerado um ativista pela causa mencionada.

Considerações finais

Nosso intento com este trabalho poderia ser dividido, como visto, em três frentes. Em relação à primeira delas, verificar quais foram as motivações dos participantes de *hackathons* contra a corrupção ocorridas no Brasil entre 2012 a 2019, acreditamos ter isso apresentado, nas páginas anteriores, a partir de uma amostra parcial, mas que dá a ver o cenário.

Na segunda delas, nos questionamos por que as soluções propostas nesses eventos não têm, em geral, vida próspera. Ainda que os fatores tenham sido escalonados em questão específica, parecem se inter-relacionar e dimensionar um contexto em que, ao menos segundo os *hackathoners*: não há interesse dos organizadores das maratonas de programação (e dos órgãos públicos) em dar sustentação às propostas, quer seja (co)liderando-as, motivando-as, orientando-as e, principalmente, financiando-as – por isso elas não vingam. Aliás, a ausência de recursos monetários parece ser precisamente o fator central do insucesso dos resultados tangíveis de *hackathons* anticorrupção.

Nesse contexto, aparece a terceira frente do objetivo deste artigo – endossada por hipótese: a ausência do componente ativista é uma das causas do supracitado malogro na efetivação e manutenção das propostas? Uma vez que há uma clara motivação associada ao dinheiro por parte dos maratonistas para dar sequência às ideias concebidas nos eventos e que, no entanto, um ativista não deve querer obter capital, senão a recompensa do progresso da causa que defende, evidencia-se que, também por este aspecto, tal lacuna teria parcela no fracasso dos projetos.

Boa parte dos *hackathoners*, como pessoas que buscam a própria inserção em uma sociedade capitalista, têm, evidentemente, suas precedências profissionais e, em razão disso, colocariam o combate à corrupção, conquanto

15 – Demonstrando que o aspecto monetário é importante, o que, em tese, geraria contradição a essa resposta.

compromisso de uma espécie de responsabilidade social, como demanda não prioritária – em detrimento ainda de outras obrigações que têm, sejam elas pessoais e, como falamos de jovens, principalmente as acadêmicas. Assim, conjectura-se que, se recebessem proventos para atuarem no combate à corrupção, colocariam esta atividade como uma das suas prioridades, encontrando, então, tempo para tal, uma vez que ela passaria a fazer parte de seus compromissos profissionais. Logo, as relações seriam de submissão deles aos seus contratantes; ou não? Todavia, quem esses últimos seriam? Que tipo de ajuste seria assumido pelas partes? Tal perspectiva não colocaria em xeque uma série de questões, outrora neste trabalho evidenciadas quando se tratou, exatamente, da agenda de combate à corrupção no Brasil? Não estaríamos, mais uma vez, trocando o controle social, importante mecanismo de luta contra os desvios na administração pública, por uma relação que se pauta pelo escambo da força de trabalho por vencimentos ao final do mês – muitas vezes pagos (pensando na proveniência dos recursos), precisamente, por quem deveria ser vigiado?

Assim, talvez seja, além de inapropriado, utópico relacionar os maratonistas de programação com os hemeródromos¹⁶ de outrora. No entanto, reivindicar a ética *hacker* e um compromisso cidadão efetivo dos participantes dos eventos aqui abordados não seria nenhum absurdo, senão uma condição para que as *hackathons* não se encerrem em si mesmas. Se soluções são necessárias para o combate à corrupção e se o cidadão está sendo convidado a participar desse processo, talvez seja não apenas por que ele tenha ideias melhores que os órgãos de controle, mas por que precise se envolver nessa demanda – haja vista a importância do controle social. Nesse contexto, é necessário um real engajamento e é esse comportamento que chamamos de ativismo contra a corrupção. Para combatê-la, todavia, é preciso mais do que participar de uma maratona de programação e ir além do uso das tecnologias.

Ainda assim, continuando a acreditar no valor das *hackathons*, além do real envolvimento dos participantes, é preciso que os organizadores dos eventos forneçam as condições mínimas para que as maratonas não sejam apenas uma grande *mise-en-scène*: planejando melhor os eventos; ofertando direcionamentos mais específicos para o desenvolvimento das propostas; cobrando efetivo envolvimento dos participantes; consolidando parcerias; assumindo a parte que lhes cabe, a saber, principalmente,

o gerenciamento de informações que competem apenas aos órgãos de controle, ou a tomada de ações que não estão nas mãos da sociedade; e oferecendo os recursos, quais sejam, para que as ideias venham à tona, se mantenham e gerem engajamento da sociedade para o controle que se espera – além de outros implementos que, acreditamos, já fomos destacando ao longo do texto.

Em outras vias, porém, é preciso pensar mais e abrir canais de discussão acerca dessa ausência de inconformismo, dessa “apatia”, segundo Filgueiras, que parece ter a ver não apenas com os *hackathoners*, mas com a sociedade brasileira, frente à corrupção. Diante a isso, mesmo compreendendo que seja difícil tratar a corrupção, reforça-se que é preciso, em primeiro lugar, compreendê-la e não reduzi-la a impressões parciais. Nesse contexto, talvez a informação gere a real tomada de posição. É nesse sentido que o ativismo, emergindo em ações diretas de diversas ordens (e não falamos apenas da criação de aplicativos como os que, muitas vezes, são sugeridos nas *hackathons*, mas a cobrança aos órgãos de controle para que gerem essas e outras iniciativas e o auxílio à conscientização social sobre as nuances da corrupção), possa auxiliar na mudança de panorama. E não é preciso muito, além da tomada de uma consciência e de uma vontade solidária para iniciar os procedimentos.

Aos programadores interessados na mudança social, caberia potencializar os seus talentos, buscando uma compreensão mais ampla sobre si como sujeitos que podem intervir nos problemas sociais, conformando os seus modos de vida de forma que consigam dar conta das demandas que lhe cabem como profissionais e cidadãos, além dos outros papéis sociais; e não é preciso esperar uma *hackathon* para isso acontecer.

Se anteriormente perguntamos por que as ideias não são geridas pós-*hackathon* pelos próprios maratonistas, sabemos agora que é preciso colocar em lista uma série enorme de fatores (políticos, sociais e culturais), além dos aqui anteriormente mencionados, que impactam nessa lacuna. É preciso parceria, recursos, informação, compreensão (sobre o que seja(m) a(s) corrupção(ões)), entre outros fatores, mas é igualmente necessária a atitude da sociedade (da qual, obviamente, os *hackathoners* fazem parte), no questionamento fundamentado e na atuação social; fundamental para não continuarmos a ver passar diante de nós ideias e intenções sem conversão.

16 – Como visto, o termo fora utilizado como uma metáfora, um tanto distante, neste trabalho – e, portanto, não foi instrumentalizado aqui. Ainda assim, reforça-se que a ideia poderia ser retomada (inclusive em trabalhos futuros) como reflexão acerca da atenção à tríade trabalho-prazer-ideologia na atuação dos *hackathoners*.

Referências

- ANGARITA, M. A.; NOLTE, A. What do we know about hackathon outcomes and how to support them? – A systematic literature review. In: *International Conference on Collaboration Technologies and Social Computing – CollabTech 2020: Collaboration Technologies and Social Computing*. Aug. 2020.
- ASSIS, E. G. *Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo*. 2006. 284f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2006.
- BAUER, M. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER M.; GASKELL G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRAIGHI, A. *Análise do discurso midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. UFMG. 2016.
- BRAIGHI, A. Hackathons anticorrupção no Brasil. In: *Anais do Intercom – 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2020.
- BRISCOE, G.; MULLIGAN, C. Digital Innovation: The Hackathon Phenomenon. In: *Creative Works London*. Paper 6. Londres: Queen Mary University of London. 2014.
- D'IGNAZIO, C.; HOPE, A.; METRAL, A.; BRUGH, W.; RAYMOND, D.; MICHELSON, B.; ACHITUV, T.; ZUCKERMAN, E. 2016. Towards a feminist hackathon: the “make the breast pump not suck!”. In: *The Journal of Peer Production*. Issue 8. Jan. 2016.
- ENGELMAN, F. Da “crítica do direito” ao “combate à corrupção”: deslocamentos do ativismo político-judicial. In: *Contemporânea*. v. 7, n. 2 p. 297-312. Jul.–Dez. 2017.
- FARIA, C. Os desafios do estado aberto: facilitar a visão do cidadão e dar poder à sua voz. In: *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro*. São Paulo: comitê gestor da internet no Brasil, 2016.
- FERREIRA, G. *O papel dos Hackathons promovidos no setor público brasileiro: um estudo na perspectiva de inovação aberta, citizen-sourcing e motivação dos participantes*. Dissertação de Mestrado – Pós-graduação em Administração UnB. 2017.
- FREITAS, J. A.; BALNIUK, R.; SILVA, A. P.; SILVEIRA, V. O ecossistema de dados abertos do governo federal: estudo sobre a composição e desafios. In: *Ci.Inf.*, Brasília, DF, v.47 n.2, p.110-132, maio/ago. 2018.
- FILGUEIRAS, F. *Corrupção, democracia e Legitimidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- FILGUEIRAS, F.; AVRITZER, L. Corrupção e controles democráticos no Brasil. In: CARDOSO JR., J. C.; BERCOVICI, G. *República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2013.
- GRIFFIN, S. *What literary evidence can we see to support the notion that the act of running in Ancient Greece during the fifth and early fourth centuries BC was a heroically celebrated skill?* Dissertation. The Open University (UK). 2012.
- HIMANEN, P. *The hacker ethic and the spirit of the information age*. Nova York: Random House, 2001.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- JORDAN, T. *Activism!* Direct action, hacktivism and the future of society. London (Inglaterra): Reaktion Books, 2002.
- JORDAN, T.; TAYLOR, P. A. *Hacktivism and ciberwars: Rebels with a cause*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004.
- LIMA, V. A. A mídia e sua abordagem da corrupção. In: *Anais do Congresso Corrupção: Diálogos Interdisciplinares*. Transcrição de palestra. UFMG. Ago. 2014.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- NAM, T. Suggesting frameworks of citizen-sourcing via Government 2.0. In: *Government Information Quarterly*, 29(1), 2012.
- NOLTE, A.; CHOUNTA, I.; HERBSLEB, J. What happens to all these hackathon projects?: Identifying factors to promote hackathon project continuation. In: *ACM Hum.-Comput. Interact.*, Vol. 4, No. CSCW2, Article 145. Out. 2020.
- RABELO, L. O que é um Hacker: trajetórias de um termo em uso. In: *Anais do XXVI Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.
- SOUSA SANTOS, B. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.